

RCD no HABEAS CORPUS Nº 490.483 - MT (2019/0021558-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
REQUERENTE : HEITOR RODRIGUES DE SOUZA LEO
ADVOGADO : HEITOR RODRIGUES DE SOUZA LEO - MG130672
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : ANDRE NASCIMENTO SOUZA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu o pleito liminar formulado em favor de ANDRÉ NASCIMENTO SOUZA (e-STJ fls. 86/87).

Consta dos autos ter sido o paciente preso em flagrante, em 25/9/2018, custódia essa convertida em preventiva, pela suposta infração do art. 171, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, e dos arts. 288 e 307, ambos do Código Penal (e-STJ fl. 19).

Impetrado *habeas corpus* na origem, a liminar foi indeferida pelo Desembargador relator, nos termos da decisão de e-STJ fls. 77/78).

Em suas razões, reitera a defesa a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, asseverando que "o feito estava concluso, em gabinete, para prolação de sentença, entretanto, em 08/01/2019, o Ministério Público requereu vista dos autos, ocasião em que pugnou pela conversão do feito em diligências, o que foi deferido pela Magistrada " (e-STJ fl. 97).

Busca, assim, seja relaxada a prisão cautelar do paciente ou, ao menos, que se determine que o feito "seja imediatamente concluso para a prolação de sentença" (e-STJ fl. 105).

É, em síntese, o relatório.

A despeito do esforço da diligente defesa, não visualizo, com a clarividência necessária para o deferimento do pleito emergencial, o alegado constrangimento ilegal.

De fato, o excesso de prazo da segregação só pode ser aferido mediante a análise das particularidades do caso, o que exige uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, que apenas ocorrerá por ocasião do

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

julgamento de mérito do *writ*.

À vista do exposto, **indefiro o pedido**.

Solicitem-se informações e dê-se vista ao Ministério Público, conforme determinado às e-STJ fl. 87.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

